

Direitos Humanos

Brasil e OEA fazem acordo por vítimas

MARCO ANTONIO MARTINS

Há 10 anos, Edson Damião Calixto, então com 14 anos, retornava de uma festa numa favela do Recife. Próximo de casa quatro policiais militares exigiram dele informações sobre um traficante da comunidade. Não conhecer o rapaz fez Calixto ser torturado e levar sete tiros dos PMs. Hoje paraplégico, ele acaba de ganhar uma indenização de R\$ 15 mil e uma casa do governo de Pernambuco, como parte de um acordo do governo brasileiro com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A negociação que vem sendo conduzida desde 1999 pelos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores busca um acordo entre as vítimas e os governos estaduais. O acerto evita que o país fique com a imagem de uma nação que não respeita os direitos humanos. Atualmente, a comissão da OEA busca uma solução para os casos de violência policial que permanecem impunes. São dois em Pernambuco, o de Edson Calixto e o de Roselândio Borges, que foi morto em 1994 por policiais militares, confundido com um traficante.

Também estão sendo negociados um caso de trabalho forçado, no Sul do Pará, e as chacinas de Vigário Geral e da Candelária, no Rio. Wagner dos Santos, sobrevivente da chacina da Candelária, teve um procedimento aberto apenas para analisar seu caso na OEA. O embaixador Gilberto Saboya, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, destacou seu chefe de gabinete, Marcus Pinta Gama, para negociar com os governos estaduais. "No caso do Pará, a responsabilidade de pagamento de reparação é do governo federal. Acreditamos que alcan-

çaremos um acordo", afirmou Pinta Gama.

Defesa – No Rio, as conversas vêm sendo desenvolvidas com o coordenador de Justiça e Segurança Pública, o coronel Jorge da Silva. Em Pernambuco, com o secretário estadual de Justiça, Humberto Vieira de Melo. O resultado das negociações é levado à OEA por Marcus Pinta Gama e pelo embaixador Gilberto Saboya. Eles defendem o Brasil na comissão interamericana com o auxílio de uma representação do Itamarati.

Foi nas conversas com o secretário Humberto de Melo, de Pernambuco, que se chegou ao acordo do pagamento de indenização a Edson Calixto, aprovado pelo governador Jarbas Vasconcellos e publicado em 2 de maio passado no *Diário Oficial*. Apesar disso, o dinheiro da indenização só foi liberado na semana passada.

"É a abertura de um precedente importante. Primeiro para conseguir as outras medidas e, quem sabe, a mudança da lei para que a Justiça Comum passe a cuidar de todos os crimes praticados por policiais militares. Depois porque os PMs foram absolvidos no processo. Se agora o Estado paga uma indenização, significa que está reconhecendo um erro", disse a advogada Patrícia Galvão Ferreira, do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil).

Apesar de o dinheiro ter sido liberado para Calixto, o governo brasileiro ainda não assinou o acordo na OEA. A previsão é de que isso aconteça até o fim do ano. Enquanto aguarda a casa prometida pelo governo pernambucano, Edson Calixto vende produtos de limpeza para carros nas ruas do Rio. "Minha família acabou. Todos sumiram, mas penso positivo. É agora que eu estou começando a viver."